



“MISTURA” DE CORPOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE O “PASTEL DE VENTO” NAS PRÁTICAS CORPORAIS RELACIONADAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO

Alejandro Weyber Rodrigues DE SOUZA¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência pedagógica desenvolvida em uma escola pública da cidade de Aparecida de Goiânia-Go. Envolvendo estudantes do Ensino Médio, a presente experiência teve como objetivo problematizar as questões de gênero a partir de um conjunto de aulas elaboradas para conscientização sobre as desigualdades de gênero na escola. Para isso, utilizei a abordagem coeducativa no contexto da Educação Física para provocar reflexões críticas e transformadoras. Pautado em uma proposta qualitativa, o estudo articulou oito encontros, dos quais quatro foram considerados práticos e quatro teóricos. Em relação ao referencial teórico, o presente estudo apoiou-se nas ideias de Butler (2022), Auad (2015), Altmann (2018), Louro (2020) e Knijnik (2019), bem como em apontamentos teóricos de pesquisas de mestrado e doutorado presentes na BDTD-CAPES. De modo geral, os resultados mostraram que as aulas mistas foram percebidas pelos meninos como “bagunçada” ou “sem sentido”, dando origem à resistência que comprovam a presença da supremacia masculina nas atividades da escola. No entanto, as rodas de conversa potencializaram a participação feminina, o que provocou uma ressignificação das práticas corporais em relação às questões de gênero e reafirmou a importância da manutenção de espaços de diálogos e reflexões críticas. Por fim, o presente trabalho demonstra a importância da coeducação no trabalho de formação em gênero no contexto das aulas de Educação Física Escolar e revela que as ações pedagógicas com intencionalidade crítica favorecem um percurso formativo consistente e oferecem aos sujeitos participantes o “recheio de pastel” necessário para colocar em prática uma formação política em gênero rumo à promoção da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Coeducação. Educação Física Escolar. Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Certo dia, iniciando mais uma aula de Educação Física, ouvi de uma menina que eu era o único professor comunista de Educação Física que ela conhecia, mas que eu carregava um grande problema em minha concepção. De início, fiquei feliz porque dizer que sou comunista, no meu entendimento, significa que estou incansavelmente tentando romper com as ideias promulgadas pelos grupos dominantes da direita. Mesmo com esse sentimento de alegria, fui tocado pela curiosidade de entender os motivos de sua expressão. Ela, sem pestanejar, prontamente me disse: “*Você tem medo de discutir questões de gênero!*”. Fiquei sem reação num primeiro momento e, depois, balancei levemente a cabeça para concordar com a sua afirmativa. De certo modo, nós professores estávamos aflitos. O ano era 2021 e

¹ Doutorando em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu, e-mail: weybergoias@gmail.com





experimentávamos doses incalculáveis de desastres educacionais advindas do governo Bolsonaro.

Quase três anos depois, ainda me sinto provocado por esta expressão. O que sei é que até hoje, apesar de estarmos em outro momento político, ainda carrego marcas desse governo insensível e opressor. Independente disso, posso afirmar que eu estava assombrado pelo fantasma do gênero, assim como coloca Judith Butler (2024) em uma de suas obras. Segundo a autora, “Fantasmas do gênero” referem-se ao medo fabricado pela elite dominante para amedrontar as classes sociais menos favorecidas e, com isso, manter as estruturas de dominação patriarcal.

Enquanto docente de uma escola pública, afirmo que foi por meio das leituras reflexivas das pesquisas de Butler (2022 e 2024), Auad (2015), Altmann (2018), Louro (2020) e Knijnik (2019) que comecei a questionar muitas atividades didático-pedagógicas de Educação Física e Arte que eu realizava na escola. Muitas não passavam de um “pastel de vento” porque eu defendia uma educação crítica, humanizadora e plural, mas em diversos momentos, não passava de um conjunto de aulas desprovida de um “recheio” político-pedagógico capaz de promover ações de luta e enfrentamento. Sem perceber, as relações de gênero me cerceavam a todo momento na escola e dificilmente eu encontrava elementos teórico-metodológicos para tensionar as estruturas de poder e provocar mudanças significativas.

No ano passado, durante uma aula do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu, ministrada pela professora Dra. Isabel Porto Filgueiras, ouvi o termo coeducação como uma possibilidade para o trabalho com as questões de gênero na escola. Sem conhecer o real significado desse conceito, entendi que promover a coeducação consistia em “misturar” os corpos de meninos e meninas nas aulas. Em outras palavras, essa mistura sem “recheio” não apresentava garantias de uma formação escolar com vistas para a equidade de gênero nas aulas práticas de Educação Física. Então, realizei um aprofundamento teórico sobre o conceito e passei a questionar minhas próprias práticas pedagógicas no sentido de colocar em evidência uma Educação Física Coeducativa capaz de questionar as estruturas de poder; o domínio masculino; e o silenciamento das meninas diante de algumas práticas corporais. Foi por meio desse novo “recheio” que encontrei o real significado das práticas coeducativas no contexto da Educação Física Escolar.

Inquieto com essa questão e interessado em conhecer a produção científica sobre o assunto, realizei um levantamento na Biblioteca de Teses e Dissertações da CAPES. Para realizar a busca, utilizei as palavras-chave “educação física” e “coeducação”. Por meio de uma análise minuciosa, percebi que as discussões dos trabalhos, apesar de suas pertinências, se





direcionavam para debates sobre o conceito de coeducação e apresentavam pouca ênfase nas experiências práticas. Assim, identifiquei uma lacuna relacionada ao “como desenvolver” as aulas numa abordagem coeducativa. Foi embasada nessa premissa que encontrei a motivação necessária para desenvolver essa experiência pedagógica na escola onde trabalho. Trata-se de uma escola localizada na cidade de Aparecida de Goiânia-Go, especificamente numa região conhecida como “Cidade Livre”, a qual possui um considerável número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Em continuidade, ao identificar essa lacuna na produção científica envolvendo práticas críticas de coeducação em Educação Física Escolar, o presente texto procura dialogar a partir dessa realidade, com propósitos de tensionar os pressupostos naturalizados e propor estratégias didático-pedagógicas capazes de provocar a formação da consciência crítica. Inspirado pelas autoras e autores mencionados no corpo deste trabalho, apostei na coeducação como uma abordagem pedagógica consistente e repleta de possibilidades favoráveis para o desenvolvimento de debates críticos sobre as relações de poder, a normatividade e a diversidade de gêneros. Assim sendo, a experiência descrita aqui neste trabalho investiga como determinadas estratégias (organização mista de equipes, problematizações dialógicas e mediação docente) podem desafiar a hegemonia masculina e criar espaços de participação mais produtivas e transformadoras.

Em se tratando dos aspectos metodológicos, o presente trabalho está assentado em uma abordagem qualitativa, a qual fez uso de diário de campo, observação participante e registros audiovisuais das aulas. As intervenções ocorreram durante o primeiro semestre do ano letivo de 2025, contemplando práticas de futsal e atividades rítmicas. Me debrucei sobre três pontos considerados fundamentais para ampliar o meu olhar sobre as práticas da coeducação no contexto da Educação Física Escolar. Primeiro, a interação dos estudantes; em complemento, os discursos e posicionamentos dos meninos e meninas nas aulas; e, depois, minhas próprias reflexões docentes sobre as dificuldades encontradas ao longo do processo. Por meio desses pontos de observação, foi possível identificar os avanços, as resistências e as contradições manifestadas nas aulas.

Nesses moldes, este artigo tem como objetivo central descrever de forma reflexiva a experiência pedagógica de coeducação em Educação Física no Ensino Médio, evidenciando suas tensões e aprendizados e, ainda, discutir as implicações didáticas que possam orientar os docentes interessados em superar o “pastel de vento” da mistura corporal, avançando para práticas verdadeiramente inclusivas e críticas. Com isso, penso que o presente trabalho apresenta contribuições significativas para pensar uma prática escolar em Educação Física





preocupadas em identificar as desigualdades, as opressões e as violências de gênero, assumindo assim um compromisso político de nutrir as práticas coeducativas em Educação Física rumo à promoção da justiça social.

2. DESCRIÇÃO CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA

O percurso didático-pedagógico desta experiência ocorreu em uma escola pública da cidade de Aparecida de Goiânia-Go, especificamente em uma região marcada por grande vulnerabilidade social. Os sujeitos da pesquisa eram estudantes do Ensino Médio, com idades variando entre 15 e 17 anos. Para atender ao objetivo proposto, adotou-se a metodologia qualitativa, considerada a mais adequada para uma análise crítica das minhas próprias práticas pedagógicas. Assim, a busca pela problematização das questões de gênero nas minhas aulas de Educação Física aconteceu por meio da abordagem coeducativa (aulas mistas), realizadas em um conjunto de oito aulas, das quais quatro foram consideradas teóricas (rodas de conversa e diálogos coletivos) e quatro práticas (atividades rítmicas e de futsal). A escolha por essas modalidades corporais se deu pelo fato de buscar analisar como se davam as interações a partir de uma prática de caráter efetivamente competitivo em oposição a uma prática menos competitiva.

É preciso dizer, de modo simplório, que as práticas de futsal possibilitaram a observação direta das relações de poder envolvendo gênero, onde os corpos masculinos eram os dominantes. Não muito diferente, as práticas relacionadas as atividades rítmicas, por sua vez, provocaram a desconstrução de estereótipos relacionados ao corpo sensível, o qual apresento discussões mais aprofundadas no próximo tópico deste trabalho. De todo modo, em ambos os casos, as aulas foram mediadas com o objetivo de estimular as reflexões sobre as relações de gênero e perceber se o espaço coeducativo estava efetivamente provocando novas formas de convivência e aprendizagem.

Para fundamentar a experiência, realizei um levantamento exploratório na Biblioteca de Teses e Dissertações da CAPES a fim de encontrar propostas consistentes de coeducação na Educação Física Escolar. Para realizar a busca, utilizei as palavras-chave “educação física” e “coeducação”. Encontrei um total de 10 trabalhos, distribuídos entre os anos de 2015 e 2025. De modo geral, pode-se afirmar que os trabalhos encontrados reforçam as dificuldades enfrentadas pelos docentes para implementar uma coeducação que ultrapasse a “simples mistura” de corpos, apontando para a necessidade de estratégias pedagógicas mediadas pela problematização crítica das relações de gênero.





Assim, a metodologia adotada articulou a observação participante, o diário de campo e a análise reflexiva da experiência pedagógica, buscando acompanhar não apenas as ações dos estudantes, mas também as próprias tensões e desafios diante da temática. É importante salientar que os registros e aplicações de práticas seguiram todos os protocolos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos.

As observações das oito aulas possibilitaram mapear os padrões de interação e identificar resistências e possibilidades didático-pedagógicas para intensificar as práticas corporais. Nesses moldes, o presente relato contribuiu para uma compreensão crítica sobre a coeducação em Educação Física no Ensino Médio, afirmando que a simples “mistura” de corpos não consegue garantir um aprendizado consistente e crítico em gênero e, portanto, não é capaz de provocar tensões nas estruturas de poder, muito menos promover práticas de equidade e justiça social na escola.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As evidências empíricas obtidas por meio dos diários de campo, das gravações audiovisuais e das transcrições das rodas de conversa indicam que, na primeira aula prática, a organização mista foi percebida pelos meninos como “*bagunçada*” e “*sem fluidez*”. Essa leitura foi reforçada por manifestações como “*professor, quando é que vamos ter aula de educação física de verdade?*”. Essas falas vão de encontro ao que Auad (2015) denomina de “mandato esportivo masculino”, segundo o qual o jogo competitivo e fisicamente intenso constitui o critério de legitimidade da disciplina. Nesse preâmbulo, é interessante observar que a presença simultânea de corpos femininos e masculinos nas aulas foi interpretado como um fator de deslegitimação da aula para determinados meninos por associarem a coeducação à perda de rendimento técnico e performance esportiva.

Em relação às aulas teóricas subsequentes, as discussões orientadas revelam fissuras importantes nesse discurso hegemônico. Muitas meninas afirmaram sentir-se “*mais confortáveis para falar do que para jogar*”, o que corrobora com as análises de Altmann (2018) sobre a centralidade dos espaços dialógicos na ampliação da agência feminina. Amparado em Butler (1990), pode-se afirmar que a presença de arenas discursivas para as meninas favoreceu a reescritura de performances corporais e as fizeram refletir sobre a posição subalterna a qual estavam inseridas.

Knijnik (2019), ao discutir sobre as pedagogias feministas do esporte, enfatiza sobre a necessidade de colocar em prática ações formativas para além de um ensino meramente técnico. Segundo o autor, essas mudanças não acontecem sem resistências. E, de modo simplório, isso





foi evidenciado no desenvolvimento dessa experiência pedagógica. Para se ter uma ideia, entre a quarta e a quinta aula, a frequência de meninos caiu consideravelmente, expressando a recusa de parte do grupo em participar de um formato de aula que *“ficava o tempo todo conversando sobre a participação das meninas nas aulas”*. Ainda sobre essa afirmativa, as ideias de Connel (2016) colaboram para entender que qualquer ameaça à masculinidade hegemônica é frequentemente respondida por ausências estratégicas ou desqualificação simbólica da proposta pedagógica.

Por outro lado, muitas meninas disseram que se sentiram *“mais aptas”* a ocupar espaços nos jogos após as rodas de conversa e diálogos coletivos. A percepção converge com dados encontrados no levantamento de teses e dissertações da CAPES sobre a Educação Física e a coeducação, a qual identificam que o engajamento feminino pode aumentar quando as meninas percebem a presença de uma mediação problematizadora. Mesmo com esse avanço, os referidos estudos apontam fragilidades nas mudanças se não houver continuidades de formações no próprio currículo escolar, aspecto confirmado por meio de um comentário proferido por um menino, ao argumentar *“quando essas aulas diferentes vão acabar?”*.

A análise geral dessa intervenção reforça a tese de que a coeducação, sem intencionalidade crítica, pode converter-se no “pastel de vento” denunciado no título do presente trabalho: volumosa na aparência, mas esvaziada de conteúdo transformador. Os progressos observados (maior participação feminina, reconhecimento de estereótipos, reconfiguração parcial de papéis no jogo) sinalizam potencialidades, embora marcadas por um recorte temporal de oito aulas. O desafio de sustentar essa proposta convoca, como indica Auad (2015), a institucionalização de práticas formativas continuadas que articulem diálogo, replanejamento curricular e ações de longa duração. Do ponto de vista teórico, a experiência confirma que o currículo de Educação Física é um terreno de disputas performativas (Butler, 1990), onde as masculinidades e as feminilidades se (re)produzem constantemente. Nisso, a resistência dos meninos evidencia a força das pedagogias patriarcais enraizadas no “currículo oculto” (Meyer, 2012) e que demandam estratégias mais robustas de enfrentamento e resistência.

Em síntese, os resultados mostram que a coeducação pode ser encarada como uma abordagem importante para tensionar as estruturas de dominação e poder, desde que sustentada por uma mediação discursiva, uma variação de conteúdos e um acompanhamento sistemático das interações. Acredito que por meio dessa premissa será possível transformar a “mistura” de corpos em um “recheio” político-pedagógico consistente rumo às transformações sociopolíticas necessárias para estabelecer mudanças significativas.





4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências oriundas desta experiência indicam que a coeducação, quando pautada por intencionalidade pedagógica crítica, consegue desestabilizar as hierarquias de gênero presentes nas aulas de Educação Física. Ao relacionar práticas corporais diversas a espaços dialógicos, percebi que os estudantes foram capazes de reconhecer assimetrias, ressignificar papéis e experimentar novas formas de interação. Ainda que as resistências tenham surgido, especialmente entre os meninos que associaram o “jogo legítimo” ao predomínio masculino, os dados mostraram um avanço na participação feminina e uma ampliação do repertório crítico dos participantes, confirmando a importância de estratégias que ultrapassem a simples “mistura” de corpos.

No plano da formação cidadã, essas tensões caminharam para além da quadra. Ao questionar as normas de gênero e promover a escuta de vozes historicamente silenciadas, a proposta contribuiu para caminhar em direção à construção de uma cultura escolar que valoriza a pluralidade e o diálogo. Essa vivência reposiciona a Educação Física como campo de intervenção política e não apenas ensinando técnicas esportivas, mas formando sujeitos que reconhecem desigualdades, negociam conflitos e defendem os direitos de todo ser humano. Desse modo, o currículo deixa de ser reprodutor de estereótipos para se tornar uma arena de exercício de cidadania ativa, fundamental em uma sociedade marcada por desigualdades e múltiplas opressões.

Por fim, os resultados reforçam que a promoção da justiça social na escola exige continuidade, acompanhamento institucional e processos formativos voltados a docentes e discentes. A coeducação crítica se apresenta como um caminho promissor e seu impacto depende da incorporação estrutural de políticas de gênero e diversidade no projeto pedagógico da escola. Nisso, investir em formação continuada, garantir as condições materiais adequadas e estabelecer conexões com as pesquisas acadêmicas são etapas indispensáveis para consolidar práticas que efetivamente ampliem possibilidades emancipatórias para todos os sujeitos escolares.

5. AGRADECIMENTOS / AGÊNCIA DE FOMENTO

Agradeço imensamente a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento do meu processo de doutoramento em Educação Física. O subsídio oferecido tem possibilitado dialogar sobre a pesquisa com diferentes pessoas e lugares, tornando as discussões mais consistente e crítica.





REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Meninas e meninos nas aulas de Educação Física: questões de gênero e educação**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

AUAD, Daniela. **Gênero e diferença na Educação Física Escolar: por uma pedagogia do respeito**. Campinas: Papirus, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Quem tem medo do gênero?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CONNEL, Raewyn. **Masculinidades**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

KNIJNIK, Jorge. **Pedagogias feministas do esporte: corpos, culturas e poder**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. **Currículo e contemporaneidade: cruzando fronteiras**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

